A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ORIGENS E ESPAÇOS DE LUTA

Simone Muniz da Silva[1]

RESUMO: O Trabalho trata da assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras e pretende compreender o processo de construção da política nacional de assistência estudantil na educação superior. Para tanto serão consideradas a trajetória das ações, suas origens e espaços de luta que forjaram a política no âmbito das instituições de ensino. As ações institucionais apresentaram algumas transformações que refletem a política enquanto conquista até os dias atuais. Porém, as realizações em âmbito nacional e local não ocorreram em razão de benevolências por parte dos governos ou das elites brasileiras, mas são frutos de iniciativas forjadas numa cultura política que atravessou o período de redemocratização e foi construída em espaços de lutas por setores progressistas e dos movimentos da sociedade civil. Assim, por meio de uma abordagem bibliográfica far-se-á um passeio pelo período compreendido no qual os espaços de discussão por uma política de assistência estudantil para o ensino superior foram criados, que "coincide" com o momento em que o Brasil passava por seu processo de redemocratização, que foi primordial na mudança do contexto político, social e cultural do país.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência estudantil. Universidade pública. Trajetória.

1. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Na atualidade, assistência estudantil consiste em "um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFEs, na perspectiva da inclusão social" (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Na perspectiva do direito, a política é datada do início dos anos 2000 e segue as normativas do governo federal. Em 2007, por meio da Portaria Normativa nº 39/2007 do Ministério da Educação foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que posteriormente teve regulamentação pelo Decreto nº 7.234/2010.

[1] Mestranda em História pela Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP

> A consolidação do PNAES em 2007 representa uma grande conquista histórica na trajetória da assistência estudantil no Brasil. Em 2008, o repasse de verbas passa a ocorrer diretamente no orçamento das instituições, e a partir 2010, a portaria que rege o PNAES passa a ser substituída pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, tratando no seu Art. 1º a importância de aumentar as condições de permanência dos estudantes nas IFES. Assegurando assim em alguns dos seus muitos objetivos: promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social (COSTA, 2017, p. 34)

A construção do PNAES em nível nacional resulta de lutas de movimentos sociais no contexto do fim da ditadura militar e promulgação da Constituição Federal de 1988 (VASCONCELOS, 2010, p. 55). Todo o processo percorrido até a promulgação da constituição cidadã (Campanha pela "Anistia política", "Diretas Já", luta por uma constituinte democrática[2]) se mostra significativo para a o povo brasileiro na medida em que se tentava forjar rupturas com o antigo regime militar e almejava-se um outro projeto de país, pelo menos pelos grupos sociais organizados que buscavam uma maior participação na vida política, com o exercício da democracia. Nesse cenário pode-se ressaltar a importância das discussões no Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), bem como "o engajamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (Sence) que sempre se preocuparam em elaborar políticas e projetos nessa área" (IMPERATORI, 2017, p. 293).

No campo institucional, o Fonaprace atuou desde sua criação, na insistência perante ao Ministério da Educação – MEC pela definição de uma política nacional frente às necessidades de permanência dos estudantes; à época o que se tinha de assistência estudantil nas universidades, quando havia, eram "Restaurantes e Residências

[2] Antes mesmo da eleição dos parlamentares, grupos organizados da sociedade deram suas contribuições, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a CNBB, a Federação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, entre outros. Na luta pela Constituinte, foi fundado, em janeiro de 1985, o Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC), cujo objetivo era incentivar as formações de grupos pró-participação na Constituinte em outros Estado e municípios do país (VERSIANI, 2014, p. 100 apud FERREIRA, 2018, p. 43)

Universitárias totalmente saqueadas, e Programas de Bolsas Estudantis ineficientes" (FONAPRACE, 2012, p 18). A questão orçamentária era fator primordial para o planejamento e a execução da política nas IFES, e, uma preocupação permanente para os pró-reitores de assuntos estudantis e comunitários ou dirigente que desempenhavam funções análogas nas universidades.

> O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária que se tem registro aconteceu na cidade de Florianópolis-SC, no período de 27 a 30 de novembro de 1985. Este Encontro teve como temário básico a análise da política de assistência e apoio ao estudante e ao servidor. Congregou 27 Universidades Brasileiras objetivando maximizar o intercâmbio de informações; aprofundar o debate em torno do tema central e ampliar a idoneidade política da área. Ao final do encontro, concluiu-se que havia a necessidade de se criar um Programa na Secretaria de Ensino Superior (SESu) /MEC, com a adequada dotação orçamentária,
> Em função dos inúmeros documentos produzidos ao longo dos encontros de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, tanto em nível nacional como regional é que foi deliberado no II Encontro Nacional, que aconteceu na cidade de Belo Horizonte-MG, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, o qual passaria a representar oficialmente e de forma permanente os Pró-Reitores da área. Este Fórum ficaria ainda, encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante (FONAPRACE, 2012, p 15).

No caso da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), criada em 23 de maio de 1989, essa associação compôs com outros órgãos uma frente de representação junto ao MEC sobre questões relativas a comunidade universitária federal. "A ANDIFES é a representante oficial das IFES na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnicos-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral" (Fonte: http://www.andifes.org.br, acesso em 19 jul. 2021). Uma das finalidades do Fonaprace é "assessorar permanentemente a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)" (http://www.fonaprace.andifes.org.br, acesso em 19 jul.2021), esse assessoramento refletiu ao longo dos anos na condução das pautas relacionadas à assistência estudantil, que ao reverberarem em outras instancias

representativas das universidade acabaram ganhando maior apoio frente ao governo federal.

2. ESPAÇOS DE LUTA

O movimento em defesa dos direitos dos estudantes dentro das IFES não se deu puramente por iniciativa de gestores com ideias progressistas, mas principalmente, pelos embates que se estabeleciam dentro das universidades pelo grupo a quem mais interessava as ações: os estudantes. Tinha-se entre meados e fim dos anos 80, uma conjuntura efervescente do ponto de vista político; com a abertura democrática e a ampliação das liberdades, as instituições de ensino superior tiveram que repensar seu *modus operandi* diante das reivindicações estudantis, o período é marcado também pelo retorna à legalidade da entidade de maior representação estudantil, a União Nacional dos Estudantes – UNE, que deu fôlego em âmbito local às expectativas dos estudantes que precisavam de apoio para se manter na universidade. As relações de poder entre os gestores das instituições e os estudantes eram atualizadas, os anos de regime militar não apenas provocaram silenciamentos, mas engajamentos que estabeleceram mudanças aqui compreendidas na ótica do que Michel de Foucault chama de conceito ampliado de poder.

> O poder não age apenas em termos de repressão e interdição. Ele, para Foucault, não é um simples interdito, não se limita a proibir e a silenciar, podendo, pelo contrário, induzir os sujeitos à fala. Não é sempre uma forma de repressão podendo ser também um convite à ação. Mais que como uma agência proibitiva, o poder é visto por Foucault como uma multiplicidade de focos existentes na sociedade a partir dos quais ele é exercido como uma forma global de Estado, e também como produto de forças, relações e identidades, mais do que como manifestações de interdição e repressão (SOUZA, 2014, p. 104).

Os estudantes, de uma maneira geral, nunca deixaram de demandar suas reinvindicações, tenha sido através do movimento estudantil organizado nacionalmente, ou mesmo em nivel local, pondo na lista de questões a serem observadas e resolvidas pelas universidades suas solicitações. Também é real que existiram conjunturas mais propiciais em que os discursos individuais criados puderam ser ampliados e viravam pautas institucionais, mas o poder utilizado estrategicamente ao longo da história das

reinvindicações estudantis refletiu nas respostas que as IFES deram, inclusive com a criação de órgãos em defesa das ações da assistência estudantil, como foi o caso do Fonaprace.

Desde a expansão do ensino superior nos anos 70, as demandas por melhores condições de permanência se mostraram cada vez mais urgentes para os discentes e pontos de inquietação para as IFES, as ações de assistência estudantil, nesta época se caracterizavam por serem fragmentadas, geralmente ligadas às áreas de residência e restaurante universitário.

> Tendo em vista a expansão das vagas, a juventude das classes mais baixas passou a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público. Muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica. Começaram reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos (SOUSA, 2005 apud IMPERATORI, 2017, p. 187).

As necessidades básicas de alimentação e moradia, historicamente estão nas bases da assistência estudantil; "as casas de estudantes" nas universidades sempre se mostraram importantes para o acesso e a permanência dos universitários oriundos de outros estados ou cidades interioranas de onde funcionava as IFES, bem como os restaurantes universitários que "muitas vezes representavam a única opção de alimentação para aqueles que precisavam permanecer diariamente no ambiente universitário"(VALENTIM et al. 2017, p. 145). Assim, residência estudantil e restaurante universitário eram, e são até hoje, equipamentos fundamentais para vida acadêmica dos discentes e fundamentais para os estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Na lógica de defesa desses mecanismos de importância substancial (residência estudantil e restaurante universitário) para a permanência dos jovens na universidade, é forjado dentro das IFES, no final dos anos 70, um movimento social autônomo; o Movimento de Casas de Estudantes (MCE), que tem como principal interesse defender os direitos dos moradores das residências estudantis pelo Brasil.

Posteriormente, no ano de 86 esse movimento originou a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (Sence). A Sence foi construída nos Encontros do Movimento de Casas de Estudantes: Encontros Nacionais de Casas de Estudantes-ENCE's e Encontros Regionais de Casas de Estudantes-ERECE's.

> Não há informação de onde ou quando foi o primeiro Encontro. O primeiro de que se tem notícia foi o XIII ENCE em Curitiba/PR, em 1988, conforme cartaz envelhecido exposto numa vitrine dos corredores da Casa do Estudante Universitário do Paraná. Considerando-se, portanto, esse dado e que os ENCE's são anuais, podemos supor que o primeiro teria sido em 1976(SENCE BRASIL, 2021).

São pautas históricas da Sence as melhorias nas condições de acesso e moradias nas residências, bem como a luta por implantação e manutenção dos restaurantes universitário nas IFES. A Sence, enquanto espaço de debate e resistência se firmou como uma organização em defesa dos interesses dos estudantes com uma visão ampliada sobre educação de qualidade. Nos anos 90 e também nos anos 2000, a Sence teve forte atuação propositiva, juntamente com o movimento estudantil (sob representação da UNE) na elaboração da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, participando e influenciando nos documentos elaborados pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace, que oportunizou a criação do Decreto 7.234/2010[3].

É importante salientar que tanto o Movimento de Casas de Estudantes- MCE) , representado pela Sence, quanto o Movimento Estudantil(que tem na UNE sua maior representação)[4], são movimentos permeados pela concepção de educação que extrapola o ambiente educacional formal e apresenta aos seus integrantes uma dimensão

[3] Decreto Nº 7.234 de julho de 2010: dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

[4] A Sence e a UNE apesar de serem organizações de defesa dos direitos dos estudantes têm suas particularidades, a Sence de modo geral abarca demandas mais imediatas dentro das universidades. A UNE engloba temáticas amplas desde a discussão ética a operacionalização na construção das políticas públicas para educação. Não são organizações antagônicas e geralmente buscam aproximação na defesa do ensino superior.

educacional que um movimento social pode oferecer a quem dele participa. Sobre a participação social em movimentos e ações coletivas, a autora Maria da Glória Gohn afirma

> Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulação que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo (GOHN, 2011, p. 333).

No cerne das origens que constituiu a política de assistência estudantil, um conjunto de valores e práticas sociais se reconfigurava, tinha-se no Brasil uma cultura política[5] que, através de determinados segmentos sociais, em especial dos movimentos sociais, começava a redimensionar o processo político do país. Construía-se uma cultura política com ideais de liberdades que via a participação da sociedade civil nos processos decisórios como via irrevogável diante das agruras deixadas pelos governos militares.

> Na luta recente pela democratização no Brasil, a apropriação da noção de cidadania teria sido um instrumento fundamental e teria se tornado operacional para uma visão ampliada de democracia dos movimentos sociais. Nesse sentido, a concepção de direito a ter direito, requisito para constituição de sujeitos ativos, tem como pressuposto o direito dos cidadãos de participarem na própria definição do sistema político, tornando-se condição para a difusão de uma cultura democrática e para a transformação de práticas arraigadas em diferentes níveis da vida social (DAGNINO, 2000 apud MUTZENBERG, 2011, p. 132).

[5] Uma cultura política, qualquer que seja ela, está associada diretamente a uma realidade concreta e objetiva, surgindo, então, como fruto das experiências históricas vividas ao longo do tempo (LENA JUNIOR, 2012, p. 156).

O caminho percorrido até a promulgação da Constituição de 88, por exemplo, (campanha pela "Anistia política"; "Diretas Já" e a luta por uma constituinte democrática) demonstrou o quanto o período foi significativo para a o povo brasileiro, na medida em que se tentava forjar rupturas com o antigo regime militar e almejava-se um outro projeto de país, o qual a sociedade brasileira deveria protagonizar. Nas palavras de Kinzo, "a Assembleia Constituinte foi certamente a experiência mais democrática na história constitucional do país" (Kinzo, 2011 apud FERREIRA. 2018, p. 300), houve muitas conquistas, "a Constituição de 1988 ampliou também, mais do que qualquer uma de suas antecedentes, os direitos sociais" (CARVALHO, 2002, p. 206), onde se localiza o direito à educação.

E foi justamente dentro das lutas pela educação que os movimentos de estudantes universitários fizeram ecoar suas reivindicações, dentre elas a assistência estudantil. A organização desses movimentos, bem como a aglutinação de pautas com outros movimentos sociais, ao mesmo tempo em que construiu um novo entendimento sobre o lugar desses sujeitos na cultura brasileira ressignificando a atuação política frente às decisões das instituições governamentais, fortaleceu o debate e a luta dentro das próprias instituições de ensino.

> A relação movimento social e educação ocorre de várias formas, a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais em contato com instituições educacionais, no próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações na sociedade e no interior dos movimentos, pelas aprendizagens adquiridas pelos participantes e pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos pelos próprios movimentos (GOHN, 2016, p. 10).

As instituições (neste caso as universidades), antes e, principalmente, pós constituição de 88 sempre foram provocadas sobre as demandas estudantis, o reconhecimento em relação à resolução dessas demandas, na maioria das vezes se deu em decorrência do ruído reivindicatório que as organizações dos estudantes produziram na sociedade. Seja buscando melhorias nas casas de estudantes, ou lutando pelo direito de

ter um órgão de representação autônomo[6], o movimento estudantil como todo não se deixaram abater diante de conjunturas nefastas para a história do Brasil, como foi o regime militar.

Nos anos 90, com o estabelecimento das políticas neoliberais[7], implementadas pelos primeiros governos eleitos por voto direto, novos e antigos desafios se apresentavam para a educação como um todo, " as políticas neoliberais criaram, no campo da Educação, um processo de desmonte das universidades públicas brasileiras (SILVEIRA, 2012, p. 41), consequentemente, o apoio aos discentes ficou novamente comprometido; junto com a escassez de recursos para as universidades, veio também uma piora no atendimento das ações direcionadas aos estudantes atendidos pela assistência estudantil, fala-se ainda de uma época em que essas ações eram pontuais e emergenciais, e na maioria das universidades não eram vistas como prioridade. No entanto, neste período, destaca-se o esforço do Fonaprace, enquanto importante fórum de discussão, sobre a permanência dos estudantes, em provocar mudanças e enfrentar as questões postas pela conjuntura política e econômica que se apresentava.

> Em 1994, o Fonaprace iniciou uma pesquisa amostral para traçar o perfil socioeconômico dos alunos matriculados nas universidades federais brasileiras, com a finalidade de criar uma política de assistência estudantil que atendesse as demandas dos estudantes. Esta pesquisa "Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação da IFES Brasileiras" foi repetida em 2004,2010 e 2016[8], novos dados começam a ser organizados. Esse processo foi aprofundado e apresentado à ANDIFES e ao MEC em 1997. A pesquisa sinalizou para a importância da criação de condições de permanência dos alunos e para a conclusão do curso, através do fortalecimento das ações de assistência estudantil (RAMALHO, 2013 apud ALBUQUERQUE, 2017, p. 05).

[6] O regime militar retirou legalmente a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade na década de 60(UNE, 2021).
[7] A década de 90 inicia-se com a reconfiguração e ampliação do processo de globalização da economia mundial com grandes mudanças geopolíticas e tecnológicas, movidas pelo projeto neoliberal que se fortalece, no Brasil, por meio do Governo Fernando Henrique Cardoso, que estabelece a estratégia política do estado mínimo, e com isso, estimula a ideia de privatização das instituições públicas de ensino superior (FONAPRACE, 2012, p. 18).
[8] Está disponível no site da Andifes os resultados da V pesquisa Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação da IFES Brasileiras de 2018(https://www.andifes.org.br/?p=79639).

Neste ínterim, o Fonaprace definiu como prioridade concentrar seu trabalho na identificação de dados confiáveis que fundamentassem a formulação e elaboração de uma proposta de política de assistência ao estudante" (FONAPRACE, 2012, p. 41). Vigilantes aos trabalhos realizados nesse fórum, o movimento estudantil atravessou esta década lutando por uma universidade pública gratuita e de qualidade e buscando participar das pautas que lhes diziam respeito.

> No período de 2003 a 2010, em articulação com o movimento estudantil, representado pela UNE, e com o apoio do Governo Lula, o Fonaprace conseguiu organizar dados dos estudantes das IFES por meio de duas pesquisas que subsidiaram a definição dos indicadores socioeconômicos que fortaleceram o processo de aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, culminando na aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES em dezembro de 2007(FONAPRACE, 2012, p. 30).

Atualmente outros desafios (sejam eles inéditos ou não) se fazem presentes, tanto na obtenção quanto na manutenção dos direitos pela educação, novamente a universidade pública sofre com uma política governamental alheia às questões da sociedade brasileira; com cortes no orçamento das universidades e ameaças ao orçamento destinado à assistência estudantil. Porém a sociedade civil organizada entendeu ao longo dos anos que a luta pelo exercício da cidadania no Brasil é um combate constante, assim, a manutenção de uma cultura política que tenha na sua origem a defesa de princípios como liberdade, equidade e participação popular nas decisões políticas são indispensáveis para se construir um país democrático.

REFERÊNCIAS

ANDIFES, **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace)**, 09 de jul. de 2021. Disponível em < http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace/> Acesso em 30 dez de 2020;

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

COSTA, J. F. **A Política de assistência estudantil para além do auxílio financeiro: Realidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB**. 2017. Trabalho de conclusão de curso(colegiado do curso de Serviço Social) Disponível em : em http://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/12-tcc-2016-1?download=265:juliane-ferreira-da-costa.>Acesso em 10 de jul 2021.

CHAUÍ, *Marilena*. ***Escritos sobre a Universidade***. São Paulo. Editora Unesp, 2001;

_____. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, dez 2003, no.24, p.5-15. ISSN 1413-2478. https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016)**, coleção O Brasil Republicano, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos histórias, memórias e múltiplos olhares**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) Minas Gerais, Volume único, out 2012. Disponível em http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf. >Acesso em 29 de dez 2020.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de Educação. v. 16. n. 47. mai-ago. 2011.

_____. **Movimentos pela educação no Brasil.** In: Revista Crítica Educativa (Sorocaba/SP), vol. 2, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2016.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2017, n.129, pp.285-303. ISSN 2317-6318. http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Lena Júnior, *Hélio*. **Uma reflexão acerca do conceito de cultura política**. Confluências, Vol. 12, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, outubro de 2012, páginas 155 a 176. ISSN 1678-7145.

MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos**. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, jun. 2011. pp.127-143.

UNE. **A ditadura militar**. Memória. Disponível em: https://www.une.org.br/memoria/ Acesso em: 20, jul 2021.

VALENTIM, IC; Siqueira, ACP; SILVA, Indira Cely C. **Restaurante Universitário: Uma Análise Social dos Comensais**. In: Encontros Universitários da UFC, 2017, Fortaleza. Revista Encontros Universitários da UFC. Fortaleza: UFC, 2017. v. 2.

SENCE BRASIL. **Reflexões sobre o Movimento de Casas de Estudantes e Assistência Estudantil.** Histórico do MCE**.** Disponível em:<http://sencebrasil.redelivre.org.br/historico-do-mce/> Acesso em: 20, jul 2021.

SOUZA, R. L.**. O poder e o conhecimento: introdução ao pensamento de Michel Foucault.** 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Natália. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598.> Acesso em: 20 abr. 2020.